

Orçamento de 89 deve sair até o fim do mês

4 MAR 1989

BRASÍLIA — Até o fim deste mês, a União já poderá contar com o orçamento de 1989, o que viabilizará a liberação de recursos para merenda escolar — que está com sua verba praticamente esgotada — e para financiamento à agricultura e às exportações — suspenso desde o início de janeiro. Essa é a expectativa do governo, que está otimista com os bons resultados das negociações com o Congresso para aprovação do projeto de lei do novo orçamento.

No final de dezembro, o presidente vetou uma parte do orçamento aprovado pelo Congresso — inclusive o chamado Orçamento das Operações Oficiais de Crédito — por entender que os parlamentares tinham, na prática, criado novas fontes de receita, o que é proibido pela Constituição. Em janeiro, o Plano Verão determinou um corte de 50% nas despesas dos setores público e privado e ainda limitou a emissão de títulos às necessidades de pagamento dos juros da dívida.

Esses dois fatores abrigaram o governo a preparar um novo projeto de lei com uma revisão completa de todo o orçamento e que só poderá ser enviado ao Congresso depois que os vetos do presidente tenham sido apreciados. Um dos vetos atingiu a liberação de verbas para a merenda escolar, que não recebeu recursos desde o início de janeiro e está se utilizando do que restou de caixa do ano passado.

Segundo fontes da área econômica, os parlamentares cometeram equívocos na apreciação do orçamento enviado em novembro, mas o governo também errou por não prestar esclarecimentos necessários ao Congresso. Os parlamentares cortaram verbas de subsídios às taxas de

juros no financiamento às exportações, concedidas pelo Finex (Fundo de Incentivos às Exportações), sem saber que existiam contratos anteriores que não poderiam ser revistos. “O Congresso deveria ter sido avisado desse problema”, admite um funcionário do governo. Por isso, os técnicos decidiram mudar a estratégia de encaminhamento do novo orçamento ao Congresso e estão negociando os cortes e modificações antes mesmo de enviar o projeto de lei para apreciação.

Dívida — De acordo com essa nova proposta de orçamento, o déficit de caixa do Tesouro no final de 1989 deverá ficar em NCz\$ 42 bilhões, sem contar com o *float* — liberação de pagamentos de um ano que só serão efetivamente concretizados no ano seguinte. Esse valor corresponde à colocação líquida de títulos — diferença entre o total emitido e o total resgatado no ano — e será utilizado para cobrir a elevação dos encargos financeiros da dívida pública.

A emissão líquida de títulos do Tesouro depende de aprovação do Congresso e foi calculada no orçamento, com projeção de inflação zero, a partir de fevereiro e uma taxa real efetiva de juros de 62,7% no ano, muito acima da que foi registrada em 1988, que ficou em 12%. Essa projeção prevê que a taxa de juros real ficará elevada em março, mas começaria a declinar levemente a partir de abril, o que dificilmente ocorrerá, segundo fontes do Ministério da Fazenda. É que a expectativa de retomada da inflação e do início do descongelamento estão forçando o governo a prolongar o período de prática de juros altos.